

14 DEZ 2002



Heloísa Helena: "Continuarei sendo da base de sustentação de Lula e não da base de bajulação"

## 'Dirceu foi injusto', diz Heloísa Helena

*Senadora defende-se, mas reitera que não apoiará indicação de Meirelles para o BC*

ROSA COSTA

**B**RASÍLIA – A senadora Heloísa Helena (PT-AL) reagiu ontem à crítica do futuro ministro da Casa Civil, José Dirceu, de que ela estaria "se colocando à parte do PT" ao rejeitar a indicação do ex-presidente do BankBoston Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central. Ela se defende, dizendo que Dirceu, que conhece sua carreira política, "sabe o quanto está sendo injusto". "O ministro sabe que em toda minha vida enfrentei adversidades consecutivas que às vezes ameaçavam nossa capacidade de reação para ajudar a construir o PT", afirma. "Quem acompanhou minha vida nos movimentos partidários e, nos últimos quatro

anos, no Senado, sabe o quanto ele foi injusto".

Heloísa Helena dá uma estocada em Dirceu, ao pedir que ele mantenha a coerência com os correligionários, apesar do tratamento privilegiado dispensado a partidos adversários. "O Brasil tem visto a forma respeitosa como o ministro trata os que fizeram tudo para impedir a vitória de Lula, tanto no PMDB como no PSDB", argumenta. Mesmo diante da ameaça do ex-presidente do partido, de recorrer à fidelidade partidária para obrigá-la a apoiar a designação de Meirelles, a senadora assegura que não mudará de posição: seu voto será contrário, tanto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde é membro titular, como no plenário.

E mais: assegura que em nenhum momento lhe passa pela cabeça a idéia de deixar o PT. "Estou muito mais triste do que indignada", alega. "Mas dediquei muito tempo ao parti-

do e continuarei sendo da base de sustentação de Lula e não da base de bajulação". A senadora vai pedir ao partido que não feche questão, o que obrigaria os parlamentares a endossar a designação do ex-banqueiro para o BC. O líder Eduardo Suplicy (SP) afirma que não existe essa possibilidade e que ela poderá votar "da forma que achar melhor".

Aguardada ontem, a mensagem do presidente Fernando Henrique Cardoso só deve mesmo chegar ao Senado na segunda-feira. Será então lida em plenário, antes de ser encaminhada à CAE. Henrique Meirelles será sabatinado na terça-feira após a ordem do dia. Ou seja, no início da noite, devendo a sessão se estender até mais tarde. Na quarta-feira, será concluído o processo de avaliação de seu nome, com a votação em plenário. A senadora Heloísa Helena é o único membro do Senado que até agora fez restrição à escolha do presidente eleito.

## PPS impõe condição para dar apoio a Meirelles

GILSE GUEDES

**BRASÍLIA** – A executiva nacional do PPS impôs condições para apoiar o ex-presidente do BankBoston e deputado eleito Henrique Meirelles (PSDB-GO) para a presidência do Banco Central (BC). Em nota divulgada ontem, o partido aponta que Meirelles terá de incorporar a missão de romper com o atual modelo econômico.

"A equipe econômica do governo deve ser sintonizada com a política de crescimento e desenvolvimento social. A indicação do novo presidente do Banco Central só tem sentido se esse primado for respeitado", diz a nota assinada pelo presidente nacional do PPS, senador Roberto Freire (PE). O partido deve ocupar um ministério no novo governo: o ex-ministro da Fazenda Ciro Gomes é cotado para o Ministério da Integração Nacional ou o da Previdência.

Apesar das restrições, Freire garantiu, após reunião com a executiva em Brasília, que votará no Senado a favor da indicação de Meirelles. Na terça-feira, o futuro presidente do BC deverá ser sabatinado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), no Senado. Além de Freire, o PPS tem mais um senador, o gaúcho José Fogaça.

Na nota, a executiva do PPS elogiou o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, por valorizar a idéia de um governo de coalizão: "(O PPS) concorda e apóia a concepção geral de montagem do governo Lula", diz um trecho da nota. Mas a legenda manteve as críticas à idéia do PT de restringir o poder dos ministros na indicação de cargos de segundo e terceiro escalões. Para Freire, se o PT impedir que o ministro indique as pessoas que serão suas subordinadas, haverá problemas. "Se o ministro não pode nomear, ele também não poderá demitir", justificou Freire.